INTERESSADO: INTERESSADO: ELEICAO 2022 FRANCIS SOMENSI DEPUTADO ESTADUAL E OUTROS

PARECER

PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA À ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2022. LEI Nº 9.504/97, ART. 30. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019, ART. 74. PARECER CONCLUSIVO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA TRE/RS PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. CRÉDITO DE IMPULSIONAMENTO EM REDE SOCIAL NÃO UTILIZADO. SOBRA DE CAMPANHA. DEVER DE RECOLHIMENTO. DETERMINAÇÃO AO FACEBOOK. NÃO CABIMENTO. PERCENTUAL ÍNFIIMO DA IRREGULARIDADE. **PARECER PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS, COM A DETERMINAÇÃO À PRESTADORA DE RECOLHIMENTO DA QUANTIA IRREGULAR AO TESOIRO NACIONAL.**

I - INTRODUÇÃO.

Trata-se de prestação de contas, apresentada pelo(a) candidato(a) em epígrafe, na forma da Lei nº 9.504/97 e da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria TRE/RS, conforme Parecer Conclusivo anexado aos autos, opinou pela desaprovação das contas.

O exame das contas havia identificado irregularidades que atingiram R\$ 132.700,48 (ID 45287882). Intimada, a candidata prestou esclarecimentos e juntou documentos (ID 45317806 - 45317835). Analisada a documentação, o parecer conclusivo considerou a manifestação apta a sanar em parte as irregularidades, mantendo o apontamento em relação a despesas que totalizam R\$ 11.279,08 (ID 45326590).

II - FUNDAMENTAÇÃO

O parecer conclusivo aponta que a candidata realizou gastos de R\$ 35.000,00 com o *Facebook*, para aquisição de créditos a serem utilizados com o impulsionamento de conteúdo eleitoral, sendo que inicialmente foi identificada na base de dados da Justiça Eleitoral uma nota fiscal emitida com o valor de R\$ 20.995,52, não informada na prestação de contas. Concluiu a unidade técnica que o valor de R\$ 11.279,08 configura recursos de fontes vedadas (ID 45326590, p. 4).

Em sua manifestação (ID 45317805), a candidata afirmou que *Dos R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) creditados, foram efetivamente utilizados durante o período de campanha R\$ 23.720,92 (vinte e três mil, setecentos e vinte reais e noventa e dois centavos), sobrando na conta do Facebook R\$ 11.279,08 (onze mil, duzentos e setenta e nove reais e oito centavos)*. Para comprovar sua assertiva, juntou aos autos duas notas fiscais (ID's 45317818 e 45317819), nos valores de R\$ 2.725,40 e R\$ 20.995,52.

Quanto à diferença entre o valor pago ao *Facebook* e aquele consumido com o serviço de impulsionamento, a candidata afirma que o montante de R\$ 11.279,08 deve ser transferido como sobra de campanha, nos termos do art. 35, §2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Entretanto, sustenta que *vem tentando o reembolso para as devidas contas de campanha desde o dia 11 de outubro de 2022, reforçando a tentativa em 25 de outubro de 2022, comprovadamente através dos requerimentos e-mails que seguem em anexo, todos na tentativa de cumprir aquilo que prevê a legislação eleitoral*. Nessa linha, requer seja (expedida) *uma determinação deste juízo, direcionada diretamente ao Facebook Serviços Online do Brasil LTDA para que devolva o valor de R\$ 11.279,08 (onze mil, duzentos e setenta e nove reais e oito centavos), diretamente ao Tesouro Nacional, tendo em vista tratar-se de dinheiro público*.

Deve-se, esclarecer, inicialmente, que não se trata de utilização de recursos de fonte vedada, ao contrário do indicado no parecer conclusivo. Conforme demonstrado pela candidata (ID 45317805), foram utilizados recursos do FEFC (R\$ 25.000,00) e do FP (R\$ 10.000,00) para aquisição dos créditos com o *Facebook*, mas parte do valor não foi utilizada, caracterizando, portanto, a existência de sobra, nos termos do art. 35, §2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Por outro lado, cabe à candidata, na condição de responsável por suas contas de campanha, providenciar o cumprimento de suas obrigações. Assim, as medidas necessárias

para obter o reembolso do valor pago ao *Facebook* devem ser por ela própria adotadas, de acordo com as ferramentas disponibilizadas pela empresa para tanto. Em que pese as mensagens trocadas entre a candidata e a empresa não comprovem uma recusa desta em restituir os valores, de qualquer modo não compete a esse e. Tribunal determinar-lhe tal restituição, uma vez que eventual descumprimento da relação contratual entre as partes não está sujeita à jurisdição eleitoral.

Nesse sentido, no âmbito da presente prestação de contas, apenas é possível reconhecer a obrigação da candidata de restituir ao Tesouro Nacional as sobras de campanha, nos termos do art. 35, §2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Assim, deve ser reconhecido o não recolhimento da sobra, falha que monta a R\$ 11.279,08, correspondendo a 2,24% da receita total declarada pela prestadora (R\$ 503.000,00). O percentual da irregularidade permite, conforme a jurisprudência dessa e. Corte, a aplicação do princípio da proporcionalidade, a fim de aprovar as contas com ressalvas.

Outrossim, entendemos que, não sendo possível qualificar a origem dos recursos com que foram pagos os créditos remanescentes, uma vez que a prestadora utilizou tanto valores oriundos do FEFC quanto do FP para pagar o impulsionamento contratado, a solução que melhor atende o interesse público é a determinação de recolhimento do valor em questão ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 35, § 2º, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

III - CONCLUSÃO.

Diante do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina pela aprovação das contas com ressalvas e pela determinação de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R\$ 11.279,08.

Porto Alegre, 14 de novembro de 2022.

JOSE OSMAR PUMES,
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL.